



– Companhia Vale do Rio Doce, CST – Companhia Siderúrgica de Tubarão, Aracruz Celulose e Samarco Mineração.

A maior parte desses empreendimentos foi realizada na região de influência imediata da cidade de Vitória, determinando de modo particular o crescimento e a concentração das atividades produtivas sobre esta microrregião, o que ensejou um rápido processo de urbanização envolvendo as cidades vizinhas à capital, dando lugar à formação da chamada Região Metropolitana de Vitória.

A Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), instituída pela Lei Complementar N.º 204, de 22 de junho de 2001, com vista “à organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum, no âmbito metropolitano”, é formada pelos municípios de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória, ocupa uma área total de 2.286,54 km<sup>2</sup>, que representa cerca de 4,97% da área total do território do Estado do Espírito Santo.

Apresenta-se como o principal pólo de desenvolvimento urbano e industrial do Estado do Espírito Santo, concentrando uma população de 1.438.596 habitantes, o que representa cerca de 46,45 % da população total do estado – Censo 2000/IBGE.

Se por um lado o processo notável de crescimento econômico propiciado pelos investimentos realizados na Região Metropolitana da Grande Vitória elevou o Espírito Santo a uma posição de destaque no cenário brasileiro, evidenciando o seu papel estratégico para a economia nacional, por outro lado não se pode deixar de considerar os efeitos negativos deste mesmo processo, quando se verifica a ocorrência de enormes desigualdades em termos da apropriação das riquezas geradas e o usufruto das novas oportunidades, dos bens e serviços que foram criados. Não se pode desconsiderar que o intenso processo de concentração urbana local, que decorreu desse processo recente de transformação radical das bases econômicas, também provocou a ruptura de valores e manifestações da cultura local e, principalmente, o surgimento de enormes bolsões de pobreza nas periferias das cidades, agravando sobremaneira a qualidade de vida das populações ali residentes, no que se refere às condições de habitação, saúde, educação, transporte, lazer, etc. A resultante mais perversa desse outro lado da questão posta em exame é sem dúvida o crescimento da violência urbana, que coloca o Espírito Santo em posição de destaque nacional, equiparado à situação de outros estados com suas metrópoles de maior porte, como São Paulo e Rio de Janeiro.

As mudanças ocorridas na estrutura físico-territorial da Região Metropolitana foram intensamente estudadas pelo Instituto Jones dos Santos Neves, atual IPES, pelos núcleos de pesquisa ligados à vários departamentos da Ufes, explicitadas também nos documentos do Vitória do Futuro e Agenda Metropolitana, mais recentemente.

Para organizar um quadro geral buscando caracterizar de modo sintético algumas determinações importantes sobre o processo de desenvolvimento local e estruturação do Espaço e condições infra-estruturais da Região Metropolitana da Grande Vitória, se buscou apoio nas informações já publicadas, sobretudo o relatório da Agenda metropolitana e o site da Agencia de Desenvolvimento em Rede do Espírito Santo (ADERES). As informações sobre o processo de desenvolvimento e estruturação urbana da RMGV foram copiladas em partes do documento de autoria do arquiteto André Abe, contidos no Relatório da Agenda Metropolitana. Da mesma forma, as informações

sobre a dinâmica econômica da RMGV, foram sintetizadas do documento de autoria de Ângela Morandi e Maurício Sabadini, também contidos no mencionado relatório. As informações sobre as condições infra-estruturais da Grande Vitória foram retiradas do site da ADERES, complementadas por outras informações mais recentes publicadas pelo jornal A Gazeta e pelo IPES (Perfil ES 2001/2002)

## DESENVOLVIMENTO URBANO RMGV

### Espaço funcional dos Grandes Projetos

A Grande Vitória abriga um conjunto de instalações técnicas do sistema portuário, ferroviário e rodoviário interposto com a urbe de tal forma que em alguns locais torna-se difícil distinguir a cidade e as instalações. Convém então fazer aqui uma breve análise de sua evolução para compreender a sua participação na estruturação do espaço metropolitano.

Quando Muniz Freire concebeu o sistema ferroviário ligando as regiões produtoras à Vitória e ao seu porto em 1892, a cidade tinha dimensões modestas que mal ultrapassavam a atual área central da ilha e Vila Velha era apenas um pequeno núcleo de casas na atual Prainha. Assim, a E.F. Sul-Espiritossantense e a E.F. Peçanha-Vitória não encontraram obstáculos além dos acidentes geográficos para definir os seus traçados até Paul, onde foram interligadas. As instalações portuárias foram inicialmente previstas para serem localizadas na parte continental sul porém, com a implantação da ponte Florentino Avidos em 1926, as linhas ferroviárias puderam chegar à ilha, onde foi implantado o porto.

Mais tarde, quando a CVRD iniciou suas operações a partir do Acordo de Washington de 1942, chegou a embarcar minério no cais comercial de Vitória por algum tempo, todavia logo depois construiu as instalações especiais no morro do Atalaia e passou a embarcar no cais Eumenis Guimarães, dotado de equipamento especial para descarregar os vagões de minério (virador de vagões). Distribuiu os equipamentos de armazenagem, processamento, controle e manutenção ao longo da linha férrea contornando a baía sul, e alguns bairros vieram a germinar no seu entorno, como Paul e Itaquari.



**VISTA SUL DA BAIÁ DE VITÓRIA COM A ILHA E O CENTRO HISTÓRICO, INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS E ANTIGAS INSTALAÇÕES DA VALE**

Fonte: Fóton

Na parte insular, na área do porto foi levantado o enrocamento que deu origem ao cais e aterrando a orla para instalar os seus armazéns. A cidade foi crescendo em direção à cidade baixa, reurbanizando toda a área até a Esplanada Capixaba, aterrada por material retirado pela dragagem da baía, para dar lugar à bacia de manobra dos navios.

Quando o embarque de minérios foi transferido para a ponta de Tubarão em 1967, as instalações da CVRD passaram a requerer atividades complementares que demandaram áreas interligadas por ramais ferroviários para a armazenagem dos minérios e dos derivados de petróleo, e também para as unidades industriais de pelotização e mais tarde para os armazéns de grãos. As operações da CVRD deram origem ainda à instalação no planalto de um sem-número de atividades de apoio à montante e à jusante da atividade principal que, por sua vez, induziriam outras atividades subsidiárias.

Seu efeito mais marcante, todavia, foi a atração da localização da CST e do porto de Praia Mole que, por sua vez viriam a induzir outras atividades complementares. O Planalto de Carapina e suas adjacências tornaram-se, assim, área de forte efeito sinérgico abrigando as grandes plantas industriais, de armazenagem e de serviços, como os CIVTs, o TIMS e as EADIs.



#### **INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS E PORTUÁRIAS DA CST E DA CVRD NA PONTA DE TUBARÃO**

Fonte: Fóton

As atividades industriais que não dependem das ferrovias vêm preferindo os eixos rodoviários federais para as suas localizações, ao longo da BR-101 Sul e BR-262 em Cariacica e Viana, da BR-101 Norte na Serra e mais recentemente na Rodovia do Contorno Metropolitano. As rodovias estaduais também abrigam equipamentos metropolitanos de porte, principalmente a Rodovia José Sette, em Cariacica, a ES-10 e a antiga Estrada para Jacaraípe, em Carapina.

Alem desses sistemas de transportes, não se pode deixar de considerar, em adicional, os demais sistemas técnicos, como o sistema de abastecimento de água, o de energia elétrica, o de telecomunicações e o de gás, este adquirindo importância crescente como vetor estruturante de localizações de equipamentos

consumidores de energia. Esses sistemas constituem a infra-estrutura econômica que, juntamente com o sistema habitacional e o apoio terciário, são atributos de peso da Região Metropolitana da Grande Vitória no seu desenvolvimento e atração de investimentos, podendo-se mesmo considerá-lo também como um dos Grandes Projetos do desenvolvimento do Espírito Santo.

### **A Ruptura no padrão econômico e reestruturação físico-territorial da Grande Vitória**

As transformações decorrentes da mudança do padrão agro-exportador para o industrial-exportador foram as grandes responsáveis pela reestruturação urbana e mudanças nos perfis sócio-econômicos da Grande Vitória. Os grandes investimentos induziram o surgimento de novas atividades e alavancaram as existentes, recompondo o quadro social e provocando o surgimento de novos segmentos sociais, diversificando os estratos anteriores tendo como resultado uma sociedade mais heterogênea e complexa, com padrões mais cosmopolitas de exigências urbanísticas. Esse desenvolvimento atraiu migrantes de diversas origens, que buscaram ingressar nos segmentos informais e formais inferiores, ou compor o quadro técnico e de serviços mais sofisticados que a nova realidade demandou.

Novas áreas do território se fizeram necessárias não apenas para dar lugar às plantas industriais, mas também para suportar o aumento quantitativo e diferenciado de habitações para atender ao crescimento populacional, assim como para os novos patamares de comércio, serviços e circulação urbana. Foram introduzidos novos vetores que reestruturaram a expansão da malha urbana, representados pelas áreas funcionais portuárias, industriais, de armazenagem e de transportes, e também pelas áreas habitacionais.

Esses vetores seriam os responsáveis pela reconfiguração e redimensionamento da Aglomeração urbana às novas necessidades enquanto Área Metropolitana. Além das condicionantes naturais, os grandes equipamentos demandaram grandes áreas para a sua instalação e atuaram como barreiras provocando ruptura na continuidade do tecido urbano em expansão. A requalificação das vias e a implantação de pontes deram nova fluidez ao espaço metropolitano, relativizando as distâncias-tempos e ampliando as áreas de acessibilidade facilitada. As implantações dos conjuntos habitacionais foram na época criticadas pela localização remota, todavia levaram infra-estrutura a áreas afastadas, que se prestariam como reservas para o adensamento ocupacional na década seguinte.

Nesse processo, teve fundamental importância a atuação do Poder Público, que, além de financiar grande parte das instalações dos chamados Grandes Projetos, responsabilizou-se pela infra-estrutura econômica necessária, provendo a região das indispensáveis condições de energia, transporte e telecomunicações para lhes dar sustentação. Foi o principal responsável também pelas condições urbanas de suporte ao modelo adotado, construindo as pontes de interligação da Ilha de Vitória e outras menores, remodelando as vias estruturantes regionais e as vias arteriais municipais, reformulando o sistema de abastecimento de água e o sistema de telefonia em padrões regionais.

Deve ser destacado também o seu papel enquanto provedor de espaços habitacionais para a crescente população construindo 65.085 unidades no período, através da COHAB e INOCOOP e provocando a expansão da rede de infra-estrutura e equipamentos públicos coletivos. Participaram também desse processo de expansão urbana os empresários, através da promoção imobiliária de loteamentos regulares e irregulares e investimentos em comércio e serviços nas áreas de expansão, assim como os movimentos populares, ao ocupar áreas que apresentavam dificuldades jurídico-fundiárias ou relegadas pelo mercado formal, muitas de extrema fragilidade ambiental.

Ao final da década de 80, a malha urbana havia sido redimensionada e quase inteiramente redesenhada; sobre esse arcabouço remodelado ocorreram as transformações na configuração urbana no período seguinte.

### **A consolidação do caráter metropolitano da Aglomeração GV**

Na década de 90, os limites da malha urbana tiveram o processo de expansão desacelerado. Os empreendimentos de parcelamento do solo pelos promotores imobiliários foram em número reduzido, por motivos diversos, dentre os quais a entrada em vigor da Lei nº 6766/79 que passou a regulamentá-los. As ações do Estado na promoção dos conjuntos habitacionais se retraíram e sua participação direta nos empreendimentos industriais terminou com a privatização das empresas. A expansão urbana horizontal foi verificada principalmente na porção sul do município de Vila Velha, onde foi ocupada uma área abaixo do Rio Jucu, que já havia sido loteada, mas não havia sido povoada.

Contudo, a presença do Estado foi constatada em outros aspectos, como reflexos indiretos de suas ações, principalmente na área de transportes, como a Terceira Ponte, o Transcol e a requalificação das principais vias arteriais, transformando os trechos urbanos das rodovias em avenidas.

O Transcol substituiu o anterior sistema radial-concêntrico de linhas de ônibus, em que praticamente cada bairro tinha uma linha de ônibus que ia ao Centro de Vitória, pelo sistema tronco-alimentador, no qual as linhas periféricas se dirigem aos terminais urbanos, que são interligados pelas linhas troncais. As vias por onde circulam os ônibus foram pavimentadas e muitas dotadas de pontos cobertos. Esse conjunto de medidas propiciou maior fluidez do espaço metropolitano, reduzindo as diferenças entre as características de suas frações e a dependência delas em relação ao Centro Histórico, ocorrendo uma descentralização que, todavia, se deu de forma concentrada, ao mesmo tempo em que re-territorializou alguns grupos de atividades nos corredores de transporte e nos sub-centros.

Iniciada em 1978, a Terceira Ponte, após sucessivas interrupções da obra, foi finalmente colocada em operação no início da década de 90, desencadeando uma dinâmica de ocupação e reestruturação sem precedentes nas cidades capixabas.

Pode-se afirmar que com a ponte e a reformulação da avenida Carlos Lindemberg configurou-se uma área central ampliada em forma de anel, constituída pelo Centro, avenida Vitória, Enseada do Suá, Terceira Ponte, Centro de Vila Velha, Gloria, Carlos Lindemberg e Centro.



**A TERCEIRA PONTE AO FUNDO E MAIS ABAIXO A PONTE FLORENTINO AVIDOS E A SEGUNDA PONTE**

Fonte: Fóton Imagens

Com a redefinição das acessibilidades a orla marítima de Vila Velha tornou-se objeto de intensa incorporação imobiliária, alterando completamente a ambiência urbana anterior, com intensa concentração e verticalização das construções na sua orla marítima. A oferta de imóveis de padrão elevado na orla de Vila Velha efetivaram novas alternativas de localização das camadas de maior poder aquisitivo da população, anteriormente restritas ao município de Vitória.

Na disputa por essa massa de consumidores, foram lançados quase simultaneamente projetos para construção de três shopping-centers na cidade de Vila Velha, um dos quais já foi inaugurado e outro está em construção. Também na esteira dessa combinação de novas acessibilidades/disponibilidades versus áreas/população com poder aquisitivo, numerosos estabelecimentos de ensino se instalaram ou se desdobraram em Vila Velha, continuando a tendência das décadas anteriores de descentralização também da oferta desses serviços, quando saíram do Centro de Vitória.

Na outra cabeceira da ponte, a enseada do Suá, na cidade de Vitória, cujo aterramento hidráulico e urbanização havia sido realizado na década de 70 pela COMDUSA e que permaneceu praticamente desocupada até o início da década de 90, após a inauguração da Terceira Ponte em 1992, iniciou um rápido processo de ocupação com edifícios residenciais, comerciais e institucionais, configurando-se em novo centro comercial, administrativo e institucional, provocando o esvaziamento do Centro Histórico tradicional da cidade.

Contudo, o mais expressivo e subversivo equipamento que nessa década se instalou na Enseada do Suá foi o Shopping Center Vitória,



que passou a ser referência urbana regional, potencializou a taxa de acumulação do capital imobiliário e redirecionou a dinâmica urbana, ao alterar a forma de apropriação dos espaços destinados às atividades varejistas.



**VISTA GERAL DA ILHA-CIDADE DE VITÓRIA MOSTRANDO A ENSEADA DO SUÁ E ACESSO À TERCEIRA PONTE**

Fonte: Fóton Imagens

Apesar dessas reconfigurações, alguns bairros não tiveram suas vantagens comparativas reduzidas nesta década e permaneceram no interesse do mercado imobiliário, prosseguindo a evolução, verificando-se neles nítida verticalização do padrão construtivo e introdução de atividades terciárias, como ocorreu na Praia do Canto, Jardim da Penha, Mata da Praia e Jardim Camburi.

### **Dinâmica urbana na Grande Vitória**

Ao redor do centro expandido, a área metropolitana adensou-se, com a ocupação dos lotes vagos nos loteamentos rarefeitos e dos vazios urbanos entre eles, reduzindo a descontinuidade do tecido urbano. Os bairros incipientes foram se consolidando e se integrando, configurando-se sub-centros setoriais nas áreas de concentração de comércio e serviços, como Campo Grande, Laranjeiras e Jacaraípe, aproximando-se do modelo de Unidades Urbanas Semi-Autônomas apoiadas em Centros de Animação, conceituados no Plano de Desenvolvimento Integrado da Micro-Região de Vitória, elaborado em 1973.

A nova mobilidade redefiniu as relações funcionais e ao mesmo tempo intensificaram-se os aspectos complementares das frações urbanas, por um lado reduzindo-se as diferenças de atributos entre alguns dos municípios e, por outro, intensificando-se os aspectos complementares entre eles.

Essas re-localizações relativas viabilizou a ocupação de algumas das grandes glebas guardadas como reserva de valor, nas quais vieram a se instalar, por iniciativa de capitais locais e externos, empreendimentos de atendimento à toda área de influência da metrópole: o TIMS, as EADIs, o Shopping Vitória, o Carrefour, o Macro, o Yahoo Family Park, o Aquamania, o Termas, etc.. Os agentes privados investiram intensamente para adequarem-se a essa nova espacialização na oferta de comércio e serviços, distribuindo-se por quase toda a área metropolitana equipamentos de educação, como escolas de nível médio e faculdades; saúde, como clínicas e hospitais; e comércio, como shoppings, hipermercados, agências de veículos, empreendimentos condominiais, etc.

O sistema de transportes coletivos estruturado de modo disperso, a difusão do uso dos automóveis, a oferta de comércio e serviços nos bairros que não dependem mais do Centro, novos hábitos de compras baseados em supermercados e shoppings, a renovação imobiliária realizada sob novos padrões, a falta de compromisso da população imigrante com o passado e a identidade da cidade, dentre outros fatores, provocaram o abandono do Centro Histórico, que atualmente procura um projeto que lhe aponte o caminho da re-qualificação para aproveitar o enorme patrimônio social ali depositado.

Conclui-se então que a Região Metropolitana da Grande Vitória, na qualidade de principal centro urbano de uma macro-região cujos índices de crescimento econômico foram superiores à média do País, passou durante a última década por transformações que não foram apenas quantitativas mas, pela natureza do processo, se requalificou e veio a consolidar o seu caráter metropolitano, constituindo-se num dos elementos estruturantes mais importantes para o processo de desenvolvimento ora em curso no Espírito Santo.

## CONDIÇÕES INFRA-ESTRUTURAIS RMGV/ES

### Localização Estratégica



Limitando-se com os estados da Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro, o Espírito Santo está situado em posição geográfica privilegiada, cuja capital localiza-se a 412 quilômetros do Rio de Janeiro, 382 quilômetros de Belo Horizonte, 742 quilômetros de São Paulo e 947 quilômetros de Brasília. Situando-se numa região de influência que detém cerca de 70% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, coloca-se como excelente alternativa para diversas alternativas econômicas devido à sua integração ao mercado nacional e internacional, proporcionada pelos sistemas de telecomunicações e pela malha de transporte rodoviário, ferroviária e aérea, além de moderno complexo portuário.

### Telecomunicações



A privatização dos serviços de telecomunicações permitiu um crescimento significativo do setor no Espírito Santo. No ano de 2000, entre aparelhos de telefonia fixa e móvel, o Estado já detinha um equipamento para cada três habitantes. Neste mesmo ano, a Telemar aplicou cerca de R\$ 100 milhões na expansão e na melhoria da planta telefônica.

No setor de telefonia móvel, as duas operadoras – Telefônica, atualmente incorporada na Vivo, e Algar Telecom Leste (ATL) - investiram R\$ 85 milhões no ano 2000.

A Telefônica, antes da fusão com a Portugal Telecom, expandiu a rede, alcançou a marca de 300 mil usuários e detinha 100% de cobertura no território capixaba. A ATL, por sua vez, investiu cerca de R\$ 130 milhões neste mesmo período, atendendo cerca de 60 mil clientes nos 78 municípios capixabas por meio de 40 estações rádio-base.

A Vivo nasceu da união da Telefônica e Portugal Telecom, como resultado de um investimento total de 23 bilhões inaugurando no país a

fase das megacorporações da telefonia. Sob sua bandeira estão sete operadoras: Telesp celular, Telefônica Celular, Global Telecom, Telebahia Celular, Tele Centro Oeste, Norte Brasil Telecom e Telergipe Celular, que juntas dominam uma área equivalente a 13 vezes a Península Ibérica, sede original das duas companhias, liderando o mercado de telefonia celular na América do Sul.

Com o intuito de manter seu predomínio no Espírito Santo, onde alcança uma participação de 83% entre todos os telefones móveis ativados, a empresa Vivo deverá lançar até o final de 2003 a tecnologia 2,5 gigaHertz (2,5 G), permitindo acesso à Internet com a velocidade de até 144 quilobites por segundo (kps).

As concorrentes locais TIM e Oi mantêm uma estratégia agressiva para conquistar novos clientes que inclui guerra de preços e busca por novas tecnologias, ampliando a oferta do mercado.

A Embratel vem investindo no ES na expansão de seus recursos tecnológicos, principalmente na ampliação de sistema ótico, ligando o Estado e seus municípios ao Norte e ao Sul do País. No ano de 2000 foram investidos R\$ 20 milhões na instalação de Call Center no município de Vila Velha.

### **Rodovias**

O Espírito Santo é cortado longitudinalmente pela BR 101, um dos maiores eixos rodoviários do Sul – Sudeste – Nordeste e a BR 262, que liga Vitória a Corumbá, no Mato Grosso do Sul, importante rodovia de ligação entre a região do Centro-Oeste e o litoral. A malha rodoviária estadual possui quase 30 mil quilômetros de extensão e todos os municípios estão ligados à Capital do Estado por vias asfaltadas.

### **Ferrovias**



A malha ferroviária estadual é constituída por trechos pertencentes à Estrada de Ferro Vitória Minas (EFVM) e à ferrovia Centro Atlântica (FCA), que liga o estado ao sul do país através da linha tronco Rio de Janeiro - Vitória, atualmente utilizada principalmente para o transporte de calcário, mármore, cimento e produtos siderúrgicos.

A EFVM, com bitola de 1,00 m, pertence a CVRD, tem 239 quilômetros de extensão no Espírito Santo e conecta o Estado à região Centro Oeste, integrando o Corredor de Transporte Centro Leste. É considerada uma das ferrovias mais eficientes do mundo, com capacidade de transporte de 120 milhões de toneladas por ano. Movimenta além de minério de ferro, carvão mineral, aço, ferro-gusa, calcário, carga geral e grãos proveniente dos Cerrados.

A Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), cujo traçado abrange os antigos trechos da Rede Ferroviária Federal (RFFSA), foi privatizada recentemente, estando hoje sob o controle da CVRD, possui 283

quilômetros no Estado, com bitola de 1,00 m e movimenta cerca de 200 mil toneladas por ano.

Ainda se pode mencionar a Ferrovia Litorânea Sul, cujo projeto esta em vias de ser implantado no Estado, no trecho denominado Variante Ferroviária Cariacica X Cachoeiro de Itapemirim. Compreende cerca de 142 quilômetros - com um ramal de 15,4 quilômetros para ligá-la ao Porto de Ubu, em Anchieta – com via férrea projetada próxima ao litoral, paralelo à BR-101. A intenção é substituir o trecho montanhoso da antiga Estrada de Ferro Leopoldina e sua construção se dará em três lotes distintos.

A Ferrovia Litorânea Norte, ainda em estudo para implantação, é um projeto importante para ligação do norte do Espírito Santo com o sul da Bahia, terá 336 quilômetros ligando o ramal do Porto da Barra do Riacho, em Aracruz, até a cidade de Taquari, no Sul da Bahia, com capacidade projetada de seis milhões de toneladas por ano para garantir o transporte, principalmente de madeira, celulose, papel e carvão.

### **Aeropostos**



O aeroporto de Vitória deverá receber cerca de R\$ 80 milhões da Infraero em investimentos para sua ampliação nos próximos anos, que somados às aplicações da iniciativa privada, aumentará significativamente a capacidade de movimentação de cargas e de passageiros. O terminal de passageiros passará a dispor de uma capacidade para atender a 1,6 milhões de pessoas por ano, dobrando a sua capacidade atual. O projeto prevê a construção de uma nova pista com 2.500 m, um novo pátio para aeronaves, um novo terminal de passageiros, uma área intermodal e outra comercial, além da ampliação da pista atual em mais 300m, que permitirá a operação de cargueiros mais econômicos, como o DC-10. O Estado conta ainda com outros cinco aeroportos de pequeno porte, nos municípios de Guarapari, Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Linhares e São Mateus, cobrindo as principais regiões capixabas.

### **Complexo portuário**

O complexo portuário do Espírito Santo é apontado como o maior da América Latina e o mais eficiente do país. Agrupa seis portos por onde circulam, aproximadamente, 25% das mercadorias que entram e saem do Brasil e 12% da receita cambial nacional. O crescimento das exportações via Espírito Santo supera o do País. São portos especializados, equipados para o manejo dos mais diversos tipos de cargas, que vão do minério de ferro bruto e semi-beneficiado, aço, grãos, celulose, automóveis, granéis, contêineres e cargas gerais.

Como área de apoio à estocagem e processamento alfandegário, o Estado dispõe de área retroportuária, composta de três Estações

Aduaneiras Interiores (Eadis), um terminal industrial multimodal e uma Zona de Processamento de Exportações (ZPE), em fase de implantação.



As modernas instalações dos Portos e a facilidade de acesso à infraestrutura rodoferroviária, tornam o complexo portuário capixaba bastante competitivo ao nível nacional, tanto que a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), detentora de terminais portuários e malhas ferroviárias no estado, vem investindo novos recursos para ampliar a capacidade de atendimento em toda a cadeia logística, devido à demanda gerada no Espírito Santo.

#### Porto de Vitória



De caráter público, localizado no interior da Baía de Vitória, é operado pela Companhia Docas do Espírito Santo (CODESA), movimentando principalmente café, papel, celulose e trigo. Possui cais com 360 m de comprimento, com calado de 10,60 m e pátio de 16.000 m<sup>2</sup>. Está equipado com guindastes de 10m (bitola), duas balanças de 80 t e 8.000 m<sup>2</sup> de armazéns.

Composto de dezesseis berços de atracação, voltados para movimentação de diversos tipos de cargas, conta com uma bacia de evolução de aproximadamente 150 metros de raio e 12,50 metros de profundidade que atende às seguintes áreas:

Cais de Paul  
Cais de Capuaba  
Cais Comercial de Vitória  
Terminal Flexibrás  
Terminal PROMOC  
Dolphins de Atalaia  
Terminal de Granéis Líquidos de São Torquato  
Terminal Companhia Portuária de Vila Velha (CPW)  
TVV

#### *Porto de Tubarão*



Localizado na ponta de Tubarão próximo às instalações da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), no município da Serra e controlado pela CVRD, o Porto de Tubarão conta com dois piers para embarque de minério de ferro e pellets, um terminal de produtos diversos (TPD) para movimentação de contêineres, cargas em geral e granéis sólidos, além de um terminal para grãos e outro para granéis líquidos.

#### *Porto de Praia Mole*



Localizado próximo ao Porto de Tubarão, no município da Serra, possui um Terminal para Produtos siderúrgicos (TPS), operado pelo Condomínio CST, USIMINAS e AÇOMINAS e um terminal para carvão mineral operado pela CVRD. Possui acesso rodoferroviário e seu molhe de proteção, pertence à União e é administrado pela CODESA.

No TPS estão instalados três berços para atracação, com capacidade para receber navios de até 70 mil toneladas. A movimentação de cargas é feita por oito guindastes, cinco com capacidade para 42 toneladas e três para 25 toneladas. Possui uma área de estocagem de 400 mil metros quadrados. Aproximadamente trezentos navios atracam no terminal anualmente. A capacidade de carregamento do TPS é de 7,5 milhões de toneladas por ano, recorde alcançado em 2002. Desde

o início de sua operação em 1984 o Terminal de Produtos Siderúrgicos do Porto de Praia Mole já embarcou 100 milhões de toneladas, representando a geração de divisas no país da ordem de US\$ 20 bilhões.

#### *Porto de Ubu*



Localizado no município de Anchieta, próximo à cidade de Guarapari, o Porto de Ubu foi adquirido pela CVRD da Samarco Mineração. Possui dois berços de atracação que movimentam minério de ferro e pellets, recebendo navios de até 150.000 TDW com capacidade de carregamento de 9.000 toneladas por hora.

#### *Porto de Barra do Riacho*



Organizado pela CODESA e sob sua administração, possui acesso rodoferroviário e berço de atracação com calado máximo de 12 metros protegido por uma bacia de evolução com 180 metros de raio. Conta com um Terminal pertencente a PORTOCEL, especializado na movimentação de celulose em fardos, sal e madeira

#### *Porto de Regência*



Localizado no Município de Linhares, na localidade de Regência, trata-se de um porto com características especiais que permite que o navio permaneça ao largo da costa, atracado em um quadro de bóias, de



onde o petróleo cru é bombeado para uma base específica de tancagem, instalada em terra.

### **Entrepósitos de cargas e mercadorias**

Localizados na Região Metropolitana de Vitória, são os seguintes:

Estações Aduaneiras de Interior – EADIS:

COIMEX:



Localizada em Cariacica

Área Total: 725.000m<sup>2</sup>

Armazéns cobertos: 12.500 m<sup>2</sup>

Pátios: 257.000 m<sup>2</sup>

Capacidade de armazenagem: 27.000 veículos

TERCA:



Localizada em Cariacica

Área Total: 330.000 m<sup>2</sup>

Pátios: 300.000m<sup>2</sup>

Armazéns cobertos: 12.000 m<sup>2</sup> com capacidade de movimentar 300.000 t/ano

Capacidade de armazenagem: 17.000 veículos

#### SILOTEC:



Localizada em Cariacica

Área Total: 241.600 m<sup>2</sup>

Pátio para carga geral : 17.200m<sup>2</sup>

Área para armazenagem de contêineres: 12.160m<sup>2</sup>

Armazéns cobertos: 14.893 m<sup>2</sup>

Capacidade de armazenagem: 600 veículos, 17.200 t de ensacados, 12.160 m<sup>3</sup> de contêineres

#### **Terminal Retro-portuário Alfandegado (TRA):**

HIPER EXPORT:

Localizado em Vila Velha - retroárea do porto de Capuaba

Área Total: 75.000 m<sup>2</sup>

Armazéns cobertos: 16.000 m

#### **Energia**

Apesar de uma população relativamente pequena, se comparada com os demais estados, o Espírito Santo é a unidade da Federação que tem o maior consumo de energia per-capita no Brasil, superando mesmo o Estado de São Paulo, como decorrência direta da elevada demanda energética dos complexos industriais da CVRD, CST, SAMARCO e Aracruz Celulose.

A sua situação em termos de energia elétrica não é confortável. O Estado situa-se na ponta-de-linha do Sistema Integrado Centro-Oeste/Sul/Sudeste, gerando no seu território menos de 20% de suas necessidades. Mas por outro lado, possui a 2ª maior capacidade de cogeração do País (só superada por São Paulo), viabilizada a partir de gás residual siderúrgico na CST e biomassa na Aracruz Celulose. A capacidade de cogeração no Estado (300 MW) é maior do que a capacidade de geração de energia elétrica pelos meios normais (200 MW).

A distribuição de energia elétrica é feita pela ESCELSA (privatizada em 1995) e pela Santa Maria.

Segundo projeção da ANEEL, O sistema de energia elétrica do Espírito Santo deverá receber investimentos da ordem de US\$ 1,5 bilhão para tornar o setor mais independente, estando previstos projetos como a Linha de Transmissão Ouro Preto (MG) X Vitória, que vai proporcionar 345 mil volts de tensão.

**DEMANDA E CAPACIDADE DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA  
NO ESPÍRITO SANTO EM MW**

<b>Demanda total do Estado</b>	<b>1413</b>
<b>Capacidade de geração da ESCELSA</b>	<b>183</b>
Capacidade de geração Auto-produtoras:	
CST	197
Aracruz	140
Samarco	25
<b>Subtotal</b>	<b>362</b>
<b>Total da capacidade do Estado</b>	<b>545</b>
<b>Déficit da capacidade do Estado</b>	<b>868</b>

Fonte: ESCELSA, 2000.

Coloca-se a perspectiva de gerar 200MW com as sete PCHs da Espírito Santo Centrais Elétricas (Escelsa), somando-se a cerca de 250 MW com uma Termelétrica em Vitória e, de 150 MW, com outra termelétrica no Norte capixaba - abastecidas a gás natural provenientes dos campos gasíferos no mar territorial norte capixaba.

O Espírito Santo dispõe, de um potencial em Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) com um nível de economicidade bastante aceitável. A construção dessas usinas é também uma das alternativas para aumentar a capacidade de energia do Estado que, aliada a outras fontes geradoras, deverá torná-lo auto-suficiente em produção energética nos próximos anos.

Segundos critérios da Aneel, PCH's são pequenas centrais geradoras hidro-elétricas, cuja potência é menor do que 30 MW, e cuja área total de reservatório seja menor ou igual a 3 Km<sup>2</sup>. Através de resolução própria, a Aneel isentou das tarifas de transmissão e distribuição os empreendimentos que entrarem em operação até 2003. Além disto, as PCH's estão dispensadas de remunerar Municípios e Estados pelo uso dos recursos hídricos e também de licitação de concessão pelo poder público.

O Estudo de Inventário Hidrelétrico das Bacias dos Rios Itaúnas, Jucu, Santa Maria, Reis Magos, Benevente e Itapemirim realizado pela Escelsa identificou o aproveitamento de 14 sítios que totalizam uma previsão de potência instalada de 287 MW, e dessas 14 usinas somente a de Campinho tem potência instalada superior a 30MW .

Dentre as usinas identificadas a Escelsa recentemente anunciou novos pontos de geração, totalizando um acréscimo na ordem de 101 MW:

- a) a potencialização de Itapemirim
- b) b) PCH de Bicame com capacidade de 4,2MW,
- c) PCH de São João (Castelo) com capacidade de 25MW.

Em estudos as oportunidades de aproveitamento:

- a) Santa Teresa capacidade 11MW;
- b) Marechal Floriano 18MW
- c) Santa Fé 29MW
- d) Cachoeira da Fumaça 18 MW

## **Gás Natural**

As reservas de gás existente no Norte capixaba e as perspectivas de outras novas levaram a Petrobrás a decidir pelo desenvolvimento da produção dos campos marítimos de Congoá e Peroá (que representam atualmente 85% das reservas do Estado) e ampliação da rede de gasodutos.

O consumo de gás natural canalizado no Espírito Santo hoje é de 1.200.000 m<sup>3</sup>/dia, divididos entre 23 clientes industriais, hospitais e 5 postos GNV - gás natural veicular. A rede de gás canalizado residencial e comercial deverá estar implantada brevemente e atenderá principalmente a região norte de Vitória.

As descobertas de jazidas de gás na foz do Rio Doce, na prática veio substituir o antigo projeto Cabiúnas – Vitória, que ligaria a bacia de Campos no Rio ao Espírito Santo. As jazidas localizadas nos campos de Peroá, Congoá e Fragata, possuem reservas estimadas de 15 bilhões de metros cúbicos e o seu custo de produção é mais barato que trazê-lo do Rio de Janeiro. Segundo a Petrobrás, o que se prevê agora é a inversão de fluxo do Cabiúnas – Vitória, numa etapa posterior, fazendo o gás destas reservas chegar ao Sul do Estado e Rio de Janeiro. Com o abastecimento de todo o mercado da Grande Vitória, no futuro, a tendência é do Espírito Santo passar a ser fornecedor, levando o gás aos mercados consumidores do Sul do Estado e Sudeste, aproveitando-se também do potencial dos campos de Jubarte e Cachalote.

Nos próximos meses a Petrobrás deverá investir US\$ 112 milhões em um empreendimento para retirar o gás do fundo do mar, a mais de 50 quilômetros da costa de Linhares, prevendo-se que a produção seja iniciada no ano de 2004.

Na foz do rio Doce, será implantada uma plataforma que está sendo construída na Bahia, com capacidade para produzir 5 milhões de metros cúbicos de gás por dia. Esta plataforma será interligada por um gasoduto marítimo de 52,4 Km a uma unidade de depuração instalada na praia de Cacimbas, em Povoação, distrito de Linhares. A Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas (UTGC) fará a transferência da produção (600 mil a 1,4 milhão m<sup>3</sup>/dia inicialmente) para o gasoduto existente, que transporta atualmente o gás produzido em terra no Norte Capixaba para os consumidores em Aracruz e na Grande Vitória.

## **INCENTIVOS FISCAIS**

O Sistema de Incentivos ao Desenvolvimento do Espírito Santo vem sendo estruturado e aprimorado desde a década de 70, visando diversificar a base econômica estadual através do estímulo a dinamização do seu complexo logístico (portos, aeroporto, armazenagem, ferrovia e rodovia) e da atração de investimentos industriais e de serviços.

### **FUNDAP - Fundo para Desenvolvimento Das Atividades Portuárias**

É um incentivo financeiro voltado para a expansão das atividades de comércio exterior e apoio financeiro a projetos produtivos situados dentro do território estadual, que possibilita o retorno de 8% do valor da saída das mercadorias para a empresa, sob a forma de financiamento, com prazo de carência de cinco anos e vinte anos para amortização, sem correção monetária e com juros de 1% a.a.. Possui ainda a vantagem adicional do recolhimento do ICMS ser realizado no vigésimo sexto dia do mês a saída da mercadoria.

Além disso, as empresas têm a opção de quitar seus débitos, antecipadamente, através de um leilão realizado periodicamente, pagando no mínimo 10% do saldo total a pagar. Do total financiado às empresas, ficam retidos 7% (sete por cento), sob a forma de caução, para a aplicação em investimentos realizados no Estado do Espírito Santo.

O acesso ao mecanismo é vedado para os seguintes itens: produtos siderúrgicos e seus derivados semi-elaborados; minérios de ferro, inclusive "pellets"; café; cacau; farinha de trigo; madeira; celulose; carvão vegetal de mata nativa; combustíveis líquidos e gasosos; mármore e granito em blocos; e cimento.

### **FUNRES - Fundo para a Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo**

Este incentivo, vinculado ao GERES (Grupo Executivo de Recuperação Econômica do Espírito Santo), tem como objetivo apoiar a implantação, ampliação e modernização de empresas sediadas no ES,

O apoio do FUNRES pode ser concedido através de subscrição de debêntures e operações de crédito

O FUNRES subscreve debêntures no valor máximo de 49% do total do projeto, de acordo com critérios de pontuação pré-definidos;

As debêntures rendem juros de 4% a.a. e custos básicos igual à TJLP e têm prazo de carência igual ao prazo de implantação do projeto;

A conversão das debêntures em ações deverá se efetivar integralmente no prazo de um ano, a contar do início da operação do projeto.

As operações de crédito são realizadas através de linhas e programas especiais de financiamento, com custos básicos equivalentes à TJLP e encargos financeiros entre 4,0 e 7,5% a.a., de acordo com o porte e o ramo de atividade da empresa, com prazo de 5 anos.

### **FUNDES - Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo**

Este fundo visa apoiar os empreendimentos considerados estratégicos para a economia do Espírito Santo, que pertençam a segmentos novos para a economia estadual, que possuam inter-relações setoriais fortes e contribuam diretamente para a expansão da base tributária do Estado e que resultem na atração de outras empresas fornecedoras de bens e serviços.

O FUNDES financia até 70% do ICMS gerado, diretamente, por novos investimentos destinados à produção de bens, sem similaridade no Estado, com prazo de fruição de até 10 anos.

Para novos investimentos, destinados à produção de bens similares a bens já produzidos no Estado, o percentual de financiamento do ICMS é de até 60%, com prazo de fruição de até 5 anos.

Em ambos os casos o prazo adicional para amortização é de 10 anos.

### **Fundo de Desenvolvimento do Nordeste**

O Espírito Santo se beneficia do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste, voltado para o financiamento de atividades produtivas que tenham seus projetos aprovados obedecendo a diretrizes e critérios de prioridade, espacial e setorial, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Regional.

### **FNE - Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste**

No Estado, as pessoas físicas, jurídicas e firmas individuais, de direito privado, que se dediquem à atividade produtiva nos setores industrial, agropecuário, agroindustrial, mineral, turístico, comercial e de serviços, bem como associações e cooperativas de produção, também podem lançar mão do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, que tem como objetivo o financiamento aos setores produtivos.

## DINÂMICA DA ECONOMIA DA RMGV / ES

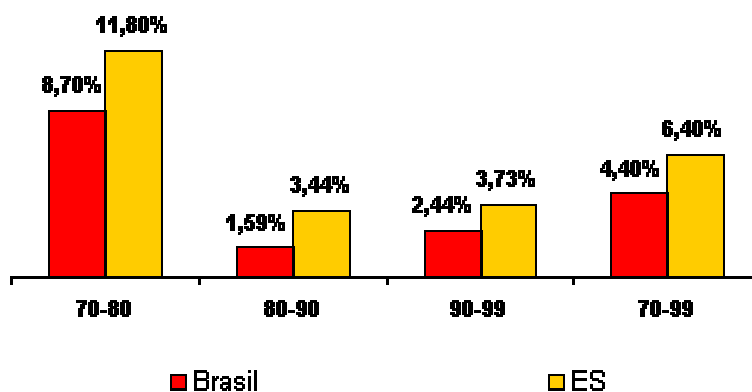
Apesar das suas dimensões relativamente pequenas, para considerações relativas à população, território, produto e renda, o Espírito Santo assume atualmente importância estratégica no contexto da política de desenvolvimento do país, com a configuração de importantes nexos com a totalidade nacional e internacional.

A dinâmica atual da economia capixaba é um reflexo de profundas modificações na base econômica do estado, que ocorreram, principalmente, na Região Metropolitana da Grande Vitória.

A lógica da integração capixaba ao mercado internacional se revela pela inserção de várias estruturas produtivas locais, sobretudo dos setores de celulose, café, siderurgia e pelletização, no espaço de acumulação do capitalismo mundial. O Espírito Santo possui um acentuado grau de abertura para o mercado internacional, com notáveis fluxos de comércio exterior, cerca de quatro vezes superior à abertura nacional em termos de movimentação de portos ou duas vezes e meia, considerando exclusivamente as exportações e importações das empresas locais.

Nas últimas décadas, a economia capixaba apresentou um desempenho muito superior se comparada com o da economia brasileira; enquanto esta apresentou um crescimento médio anual de 5,3%, aquela foi de 7,6%. O salto mais significativo ocorreu na década de setenta, quando o Espírito Santo cresceu a uma taxa média de 11,8%, enquanto o Brasil cresceu a 8,7%, que constituem índices realmente notáveis.

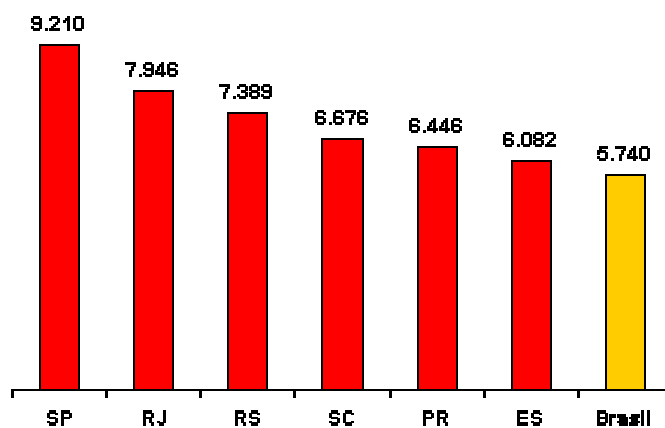
Embora o ritmo de crescimento tenha se reduzido nas décadas de oitenta e noventa, o Espírito Santo continuou mantendo taxas bem mais favoráveis do que as apresentadas pela economia brasileira. Na década de oitenta, considerada a “década perdida”, a economia capixaba cresceu 3,4%, contra 1,6% da economia nacional – um diferencial significativo e que contribuiu significativamente para ampliar a participação do Espírito Santo na economia brasileira. Na década de noventa, o diferencial foi menor; porém, a economia capixaba continuou crescendo mais rapidamente – 3,7% contra 2,4%. Percebe-se, desse modo, que nas três últimas décadas, o desempenho da economia capixaba foi, em média, cerca de dois pontos percentuais superior ao crescimento da economia brasileira.



**TAXA ANUAL MÉDIA DE VARIAÇÃO DO PIB DO ES E DO BRASIL**

Fonte: IBGE/IPES

Em consequência, a economia capixaba, que representa tão somente 1,93% do PIB nacional (conforme IBGE/IPES), é o sexto estado em renda per capita, situando-se 6% acima da média nacional conforme demonstra o gráfico abaixo.



#### COMPARATIVO DE RENDA PER CAPITA (R\$)

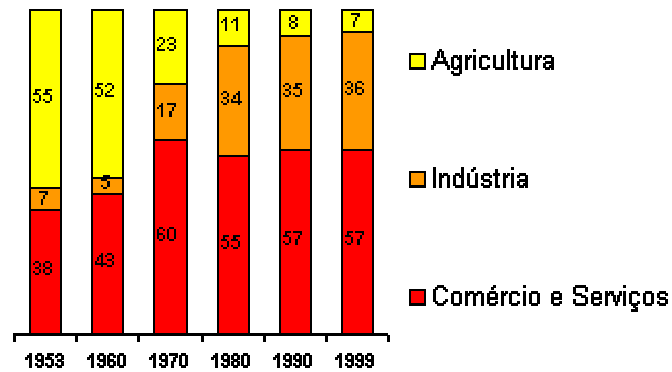
Fonte: IBGE/IPES

Esta excelente performance se deve principalmente em razão da adoção de políticas consistentes de incentivos à industrialização. Na década de sessenta, era evidente a incipiência da economia capixaba, cujo PIB estava fortemente dependente da agricultura – especialmente do café – que gerava, aproximadamente, 54% do PIB estadual. Com a crise cafeeira, e as políticas nacionais adotadas para o seu enfrentamento, começaram a ocorrer mudanças significativas no contexto econômico local a partir de meados da década de sessenta, quando a economia capixaba passa a se integrar à lógica de expansão planejada da economia brasileira, por meio dos investimentos oriundos dos chamados Grandes Projetos – a começar pela expansão da CVRD, com o complexo de Tubarão, seguido pela Aracruz Celulose, Samarco e CST.

A década de setenta representa, claramente, uma mudança do padrão produtivo do Estado do Espírito Santo – um salto significativo da agricultura para a indústria. Enquanto o PIB gerado na agricultura saiu de 54,7%, em 1953, para 23,1%, em 1970, a indústria ampliou sua participação de 7,3% para 17,3%, no mesmo período. Com isso, fortaleceu, dinamizou e diversificou o setor Comércio e Serviços, que passou de 38% para 59,6%.

A partir dos anos oitenta, o novo padrão produtivo do Espírito Santo já estava consolidado e assentado, em grande parte, na Região Metropolitana da Grande Vitória. O PIB industrial passou a representar mais que um terço do total, o setor Comércio e Serviços bem mais que a metade, enquanto a agricultura não chegava perto dos 10%.

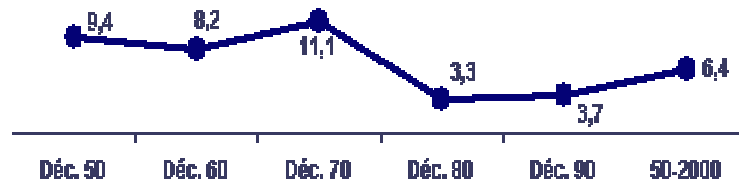




### CRESCIMENTO DA ECONOMIA NO ES (%)

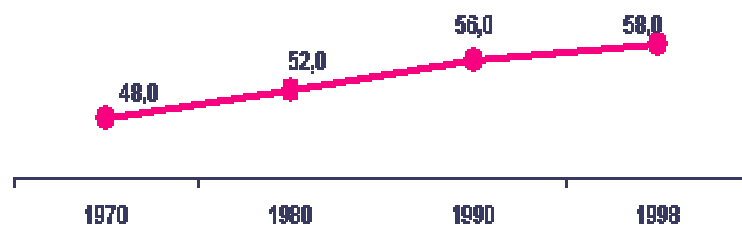
Fonte: IBGE/IPES

O crescimento da economia capixaba foi, recorrentemente, produzido na RMGV, uma vez que a taxa de crescimento da economia de 6,4%, alcançada em cinquenta anos, foi sendo apropriada pela RMGV, que ganhou dez pontos percentuais nas duas últimas décadas, conforme fica evidenciado nos gráficos abaixo.



### PARTICIPAÇÃO DA ECONOMIA DA RMGV NO ES (%)

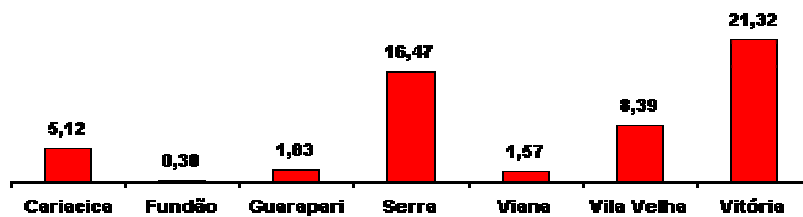
Fonte: IBGE/IPES



### PIB MUNICIPAL DA RMGV / PIB ES (%) – 1998

Fonte: IBGE/IPES

O conjunto dos municípios da RMGV representa 55,6% do PIB estadual total, sendo 62,7% do PIB industrial e 59,5% do PIB terciário. Entretanto esta participação não se dá de maneira uniforme pelos municípios da RMGV, mas pelo contrário, quando considerados isoladamente, percebe-se que 37,8% do PIB estadual estão concentrados nos municípios de Serra (16,47%) e de Vitória (21,32%), ficando Vila Velha e Cariacica com 13,5%, enquanto Viana, Guarapari e Fundão contribuem com apenas 3,7% do PIB estadual.



### PIB Municipal da RMGV / PIB ES (%) – 1998

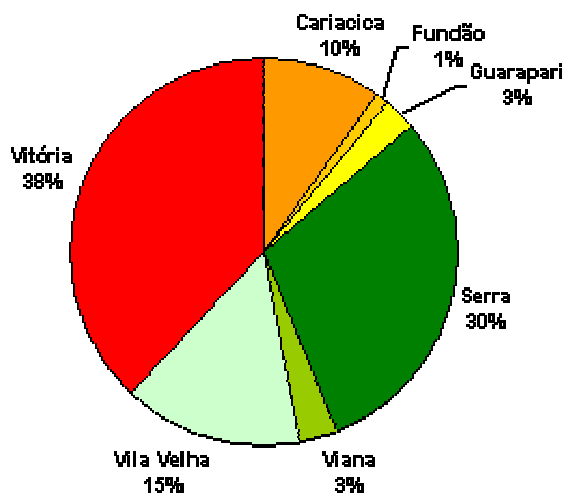
Fonte: IBGE/IPES

Quando se considera tão somente o Produto Interno Bruto da RMGV, verifica-se que os municípios de Vitória e de Serra são responsáveis pela geração de 68% do seu total, ficando Vila Velha com 15% e Cariacica com 10%. Os demais municípios (Fundão, Guarapari e Viana) ficam com apenas 7%, evidenciando mais uma vez as disparidades entre as capacidades econômicas de cada município, onde, por exemplo, o PIB do município de Vitória, o maior da região, representa 70 vezes o do município de Fundão, o menos desenvolvido economicamente.

### PIB POR MUNICÍPIOS DA RMGV (1998)

Municípios	PIB (mil R\$)	%
Vitória	3.701.632	21,3
Serra	2.858.734	16,5
Vila Velha	1.456.276	8,4
Cariacica	993.448	5,7
Guarapari	317.587	1,8
Viana	273.228	1,6
Fundão	52.480	0,3
<b>RMGV</b>	<b>9.653.386</b>	<b>55,6</b>
<b>Espírito Santo</b>	<b>17.361.672</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE/IPES.



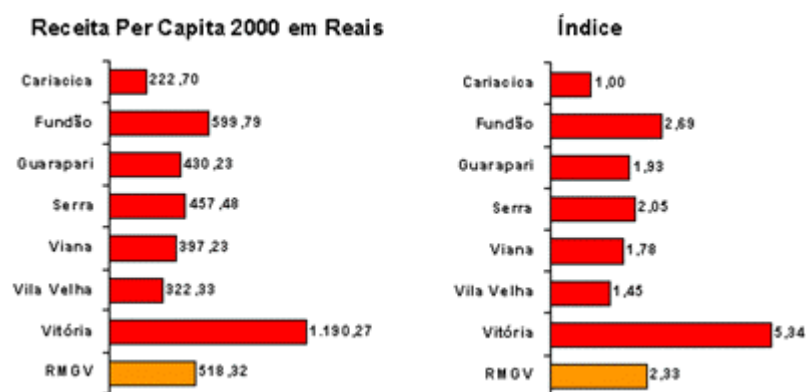
### COMPOSIÇÃO DO PIB DA RMGV POR MUNICÍPIO – 1998

Fonte: IBGE/IPES

Considerando-se as maiores empresas situadas no Espírito Santo, conforme dados da Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES) em 2001, tem-se que 80,0% do total são integrantes da RMGV, sendo que os municípios de Vitória e de Serra ficam com 60,6% do número total dessas empresas. Fica evidente mais uma vez a concentração econômica não só da RMGV no estado, como também dos municípios de Vitória e Serra na Região.

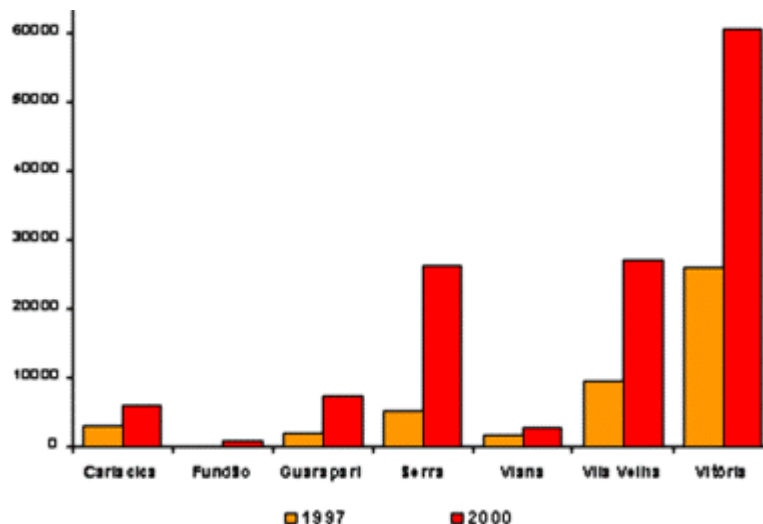
As 150 maiores empresas no Espírito Santo, quando classificadas em termos dos grandes setores da atividade econômica, perfazem a seguinte distribuição: 69% do número de empresas do setor Indústria estão localizadas na RMGV, bem como 80% das que se dedicam ao Comércio e, nada menos que 94% das empresas ligadas ao macro setor Serviços. A distribuição setorial dessas empresas também comprova que 80% dos empregos gerados concentram-se na RMGV, sendo que em muitos setores, a totalidade dos empregos estão na região.

Os indicadores referentes às finanças municipais também atestam as disparidades entre os municípios que compõem a RMGV. O gráfico abaixo mostra que a receita per capita do município de Vitória representa 5,34 vezes à de Cariacica, o município com menor arrecadação per capita. Em conseqüência, a capacidade de investimento de cada municípios é bastante diferenciada, conforme o gráfico seguinte, ressaltando-se que o total de investimentos das prefeituras municipais apresentou um considerável crescimento entre os anos de 1997 a 2000. Deve-se notar também que no ano de 2002 a RMGV ficou com 46,7% do total distribuído de ICMS pelo Estado, sendo que os municípios de Vitória e de Serra representam 75,3% desse total.



#### RMGV: RECEITA PER CAPITA – 2000

Fonte: IBGE/IPES



### **EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM INVESTIMENTO NOS MUNICÍPIOS DA RMGV (R\$ 1.000,00)**

Fonte: IBGE/IPES

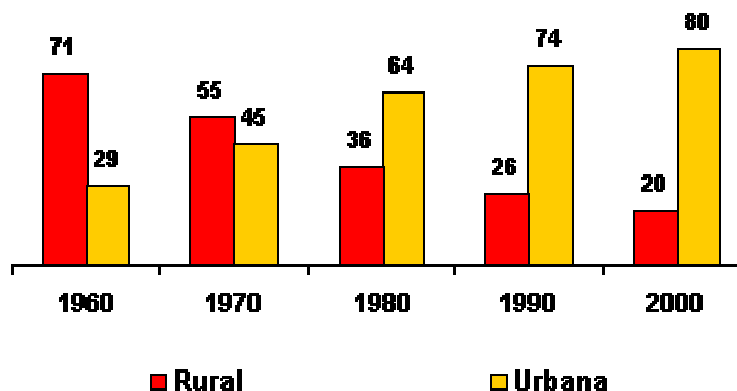
As novas oportunidades de geração de emprego e renda no Espírito Santo não deixam de ser promissoras. No período de 2000 a 2005, segundo levantamento estatístico do IPES, estão em pauta 247 projetos de investimentos, cujos valores unitários superam a cifra de R\$ 1 milhão, prevendo-se a geração de 40 mil novos postos de trabalho, atingindo o valor total de R\$ 16.941,1 milhões. Esses investimentos estão concentrados, sobretudo no setor industrial e área de energia, seguido de transporte, comércio/serviço e lazer e agroindústria. Do total dos investimentos previstos, 67,4% são destinados à implantação de novos investimentos, 25,8% para expansão de projetos já existentes e 6,6% para modernização. Atente-se para o fato de que 43,3% dos novos empregos gerados estarão no setor industrial e 32,2% no setor de comércio/serviço e lazer, podendo-se inferir que a grande parte dos novos postos de trabalho deverão se concentrar na RMGV, aprofundando, ainda mais, as desigualdades internas no Estado do Espírito Santo.

## DINÂMICA POPULACIONAL DO ESPÍRITO SANTO E DA RGMV

Face aos intensivos e rápidos processos de industrialização ocorridos, que alteraram radicalmente a base da economia local, o Território do Espírito Santo e especialmente o espaço geográfico da Grande Vitória, sofreram uma intensa transformação em um tempo histórico muito curto, caracterizando um verdadeiro *catching-up*, identificado como um processo de se alcançar um desenvolvimento a partir de fatores construídos exogenamente e não a partir de sua base anterior.

A economia capixaba passou, tardiamente em relação ao Brasil, de um modelo primário-exportador de base cafeeira, para uma economia urbano-industrial, modificando inteiramente sua dinâmica e o *locus* de geração de riqueza, registrando taxas relevantes de crescimento do setor industrial, inclusive superior à média da indústria brasileira, e do setor de serviços.

Em menos de uma geração (três décadas), a população do Espírito Santo trocou o meio rural pelo meio urbano, com índices expressivos e crescentes a cada década. Em 1960, 71% da população estavam no ambiente rural, em 1970, 55%, em 1980, 36%, em 1990, 26% e, em 2000, tão somente 20% ali permaneceram, ficando, praticamente, três quartos de toda a população estadual residindo no meio urbano, passando a exercer atividades tipicamente urbanas, ligadas à indústria e às atividades do terciário, como comércio e serviços de toda a natureza.

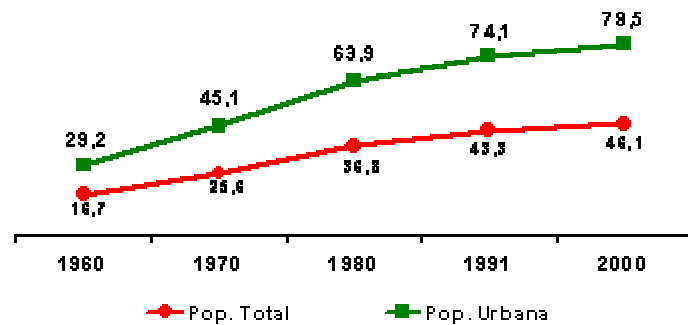


### DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL DO ES (%)

Fonte: IBGE/IPES.

O intenso processo de deslocamento populacional rural-urbano resultou no processo de concentração espacial da Região Metropolitana da Grande Vitória, já que os fluxos migratórios se dirigiram preferencialmente para esta região. Enquanto a população do Espírito Santo cresceu 2,4 vezes, entre 1960 e 2000, a população dos municípios que compõem a RMGV aumentou 6,6 vezes no mesmo período. Em 1960, apenas 16,7% da população total do Estado residiam nesta região, o que significava 29,2% da população urbana do Espírito Santo. Atualmente, os sete municípios da RMGV abrigam cerca de metade da população estadual e, praticamente, 80% da população urbana. Enquanto a população estadual cresceu de

1.298,2 mil pessoas em 1960, para 3.093,2 mil, em 2000, a população da RMGV cresceu de 216,6 mil para 1.437,7 mil, no mesmo período.

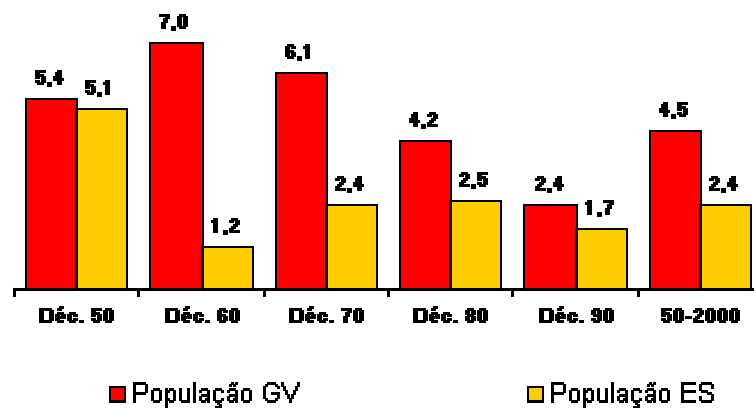


### Participação da População da RMGV no ES (%)

Fonte: IBGE/IPES.

O intenso processo de concentração urbana pode ser, em parte, explicado pela crise da cafeicultura, que provocou, com o programa de erradicação do café, intenso êxodo rural atraído para a RMGV e para fora do Espírito Santo, que registrou um aumento de 7% ao ano na população durante a década de 60, ao mesmo tempo em que se verificava uma taxa de crescimento populacional relativamente baixa, da ordem de 1,2% ao ano. Nos anos setenta e oitenta se verifica uma acelerada urbanização na região da Grande Vitória, com a construção e o início da operação dos chamados Grandes Projetos, fortes investimentos em infra-estrutura (transportes, energia, portos), grande expansão da indústria de construção civil, bem como aceleração das atividades tipicamente urbanas, em função da expansão do mercado interno.

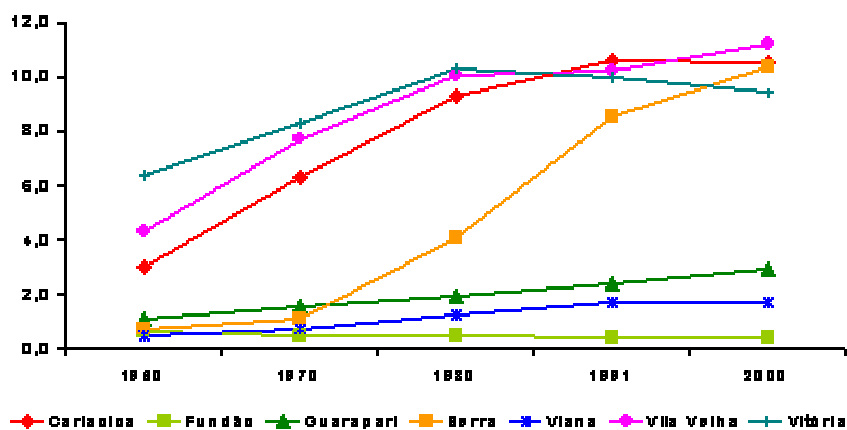
Na década de noventa observa-se uma desaceleração do crescimento populacional, mas ainda com tendências de maior crescimento da RMGV, ampliando ainda mais a concentração nesse espaço geográfico. Assim, no período entre 1950 e 2000, a população no Espírito Santo cresceu a uma taxa anual de 2,4%, enquanto a RMGV aumentou em 4,5% ao ano.



### Taxa Anual de Variação da População (%)

Fonte: IBGE/IPES.

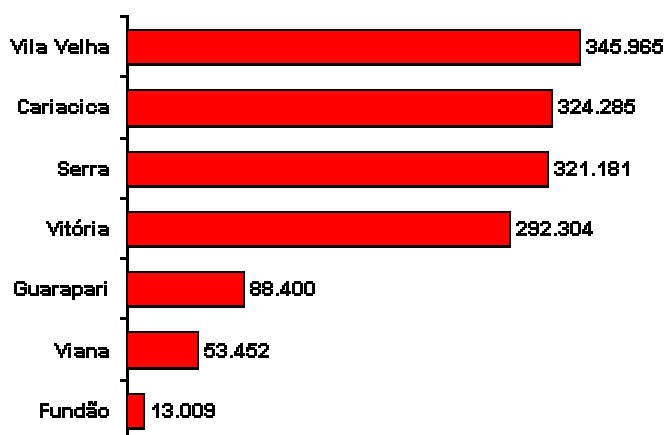
Chega-se assim, ao ano 2000, com uma extrema concentração da população do Espírito Santo na Região Metropolitana da Grande Vitória, representando 46,1% da população total e 79,5% da população urbana do Estado, sendo que da população total da RMGV, 98,2% residem em áreas urbanas.



#### PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NO TOTAL DO ESTADO

Fonte: IBGE/IPES

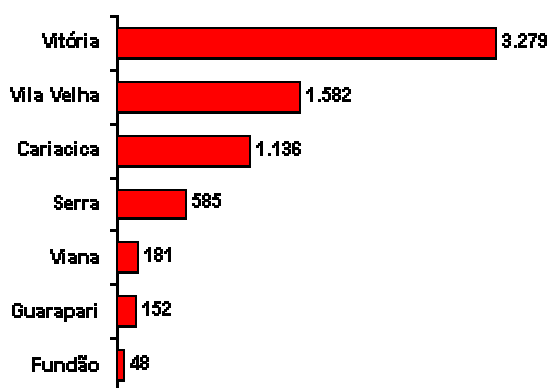
Observa-se, no entanto, que existe uma enorme disparidade na distribuição desse contingente populacional pelos municípios que compõem a RMGV. Atualmente os municípios mais populosos da região metropolitana da Grande Vitória são os municípios de Cariacica, Serra, Vila Velha e Vitória, sendo o município de Cariacica o de maior população, com 324.285 habitantes e o município de Fundão o que possui menor contingente populacional, com 13.009 habitantes. Os municípios mais populosos, Vila Velha, Cariacica, Serra e Vitória, nessa ordem, ficam com 89,2% da população total da região, enquanto Guarapari, Viana e Fundão contam com os demais 10,8%, apenas.



#### TOTAL DA POPULAÇÃO POR MUNICÍPIO DA RMGV - 2000

Fonte: IBGE/IPES

Com relação à densidade demográfica, também se verifica uma grande disparidade entre os índices de cada município. Vitória, contando com 3.279 habitantes por quilômetro quadrado, representa o dobro da densidade demográfica de Vila Velha - o segundo colocado em termos da ocupação populacional do território. Serra, Viana, Guarapari e Fundão contam com uma baixa densidade demográfica e não apresentaram sinais de grandes mudanças em suas respectivas populações nesse período analisado. O município de Vitória já mostra uma saturação na ocupação do seu espaço geográfico, bem como os de Vila Velha e Cariacica, que apresentaram as maiores taxas de crescimento populacional nas décadas de sessenta e setenta, enquanto Guarapari, Viana e Fundão têm ainda muito espaço para ser ocupado.



#### DENSIDADE DEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS DA RMGV - 2000

Fonte: IBGE/IPES

Ressalte-se que o grande crescimento no município de Serra se processou nas décadas de setenta e oitenta, quando alterou completamente a situação que mantinha anteriormente em relação a RGMV passando a ser o terceiro município mais populoso da região no ano de 2000.

#### MUNICÍPIOS DA RMGV, POPULAÇÃO, ÁREA E DENSIDADE DEMOGRÁFICA.

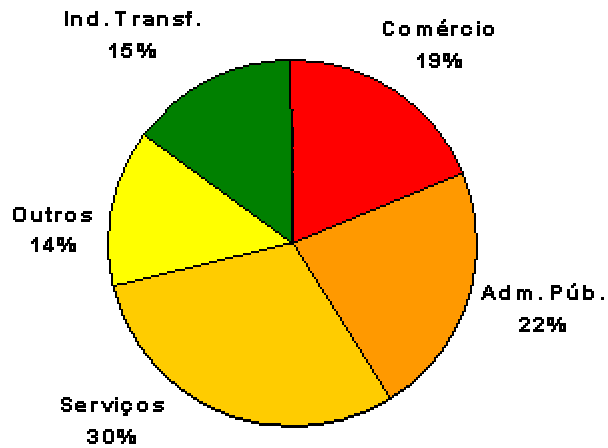
Municípios	População Total	Área Total Km2	Densidade (hab/Km2)
Cariacica	324.285	285,03	1.136
Fundão	13.009	269,09	48
Guarapari	88.400	580,27	152
Serra	321.181	551,11	585
Viana	53.452	294,06	181
Vila Velha	345.965	218,22	1.582
Vitória	292.304	88,76	3.279
<b>Total RMGV</b>	<b>1.438.596</b>	<b>2.286,54</b>	<b>629</b>
<b>Total Estado</b>	<b>3.097.232</b>	<b>46.046,94</b>	<b>67</b>

Fonte: IBGE/IPES



## O Mercado de Trabalho Formal na RMGV

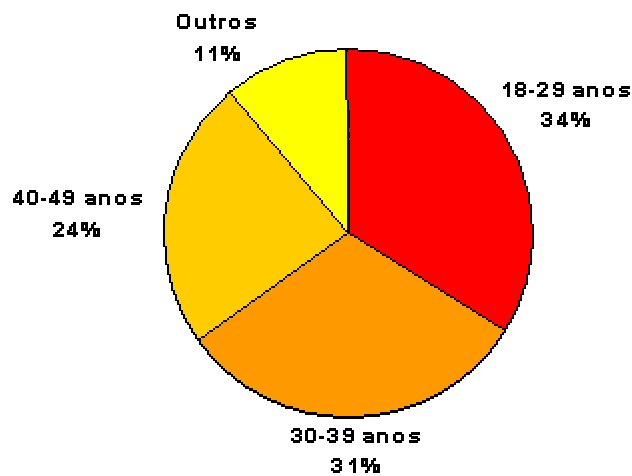
No Espírito Santo, os trabalhadores formais estão concentrados, principalmente, nas atividades de Serviços, Administração Pública, Comércio e Indústria. Deve-se destacar, a importância que o setor público tem na geração de emprego e renda no estado, mesmo esse passando por um processo de degeneração e enfraquecimento, ao longo dos anos 90.



### TRABALHADORES FORMAIS NO ESPÍRITO SANTO POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA – 2000 (%)

Fonte: RAIS/ Agenda Metropolitana, 2002.

Os homens ocupam 61 % dos postos de trabalho na RMGV, distribuídos pelas seguintes atividades econômicas, pela ordem: Serviços, Comércio, Administração Pública, Indústria de Transformação e Construção Civil. As mulheres ocupam os restantes 31%, localizadas nos setores de Serviços, Administração Pública e Comércio, nesta ordem.



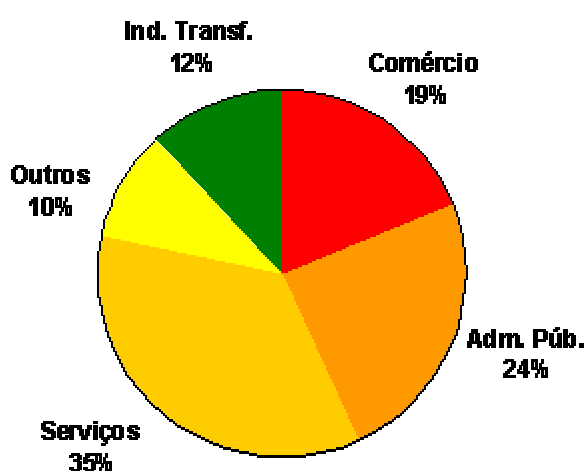
### PARTICIPAÇÃO DO EMPREGO FORMAL NA RMGV POR FAIXA ETÁRIA – 2000 (%)

Fonte: RAIS/ Agenda Metropolitana, 2002.

Observa-se que os trabalhadores do sexo masculino estão mais distribuídos entre as atividades econômicas, enquanto que, entre as mulheres, há uma maior concentração em determinadas atividades econômicas. A principal delas é a Administração Pública, pois cerca de 57% dos trabalhadores da Administração Pública são do sexo feminino.

Quanto à idade, 65% dos trabalhadores formais na RMGV têm de 18 a 39 anos. Deve-se destacar, contudo, o significativo percentual de 24% de pessoas que possuem de 40 a 49 anos.

A concentração de empregos na RMGV, no ano de 2000, deu-se de forma relativamente dispersa entre os setores, apesar da maior participação dos Serviços (35%) e da Administração Pública (24%). O Comércio (19%) ficou em terceira posição, seguido da Indústria de Transformação (12%).



#### **TRABALHADORES FORMAIS POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA NA RMGV – 2000 (%)**

Fonte: RAIS/ Agenda Metropolitana, 2002.

A Indústria de Transformação manteve relativamente constante, em termos relativos, a oferta de postos de trabalho formal na RMGV, em torno de 11,7% ao longo dos últimos anos. Em termos absolutos, os principais sub-setores da Indústria de Transformação que expandiram a oferta de emprego foram: Indústria Metalúrgica, Indústria de Material Elétrico e Comunicação, Indústria Química de Produtos Farmacêuticos, Veterinários. Os principais sub-setores que diminuíram a oferta de emprego foram: Indústria de Produtos Minerais não-metálicos, Indústria da Madeira e do Mobiliário e Indústria Têxtil do Vestuário e Artefatos de Tecidos.

Já o setor do Comércio aumentou sua participação de 17%, em 1996, para 19,2%, em 2000. Os principais responsáveis por esse crescimento relativo foram os sub-setores Atacadista, Varejista e Comércio e Administração de Imóveis.

A Administração Pública aumentou a oferta de vagas formais de 62.872, em 1986, para 68.650, em 2000, representando um aumento percentual, em relação aos demais setores, de 23%, em 1996, para 23,7% em 2000. Essas informações mostram que o setor público ainda continua sendo importante na geração de postos de trabalho, apesar

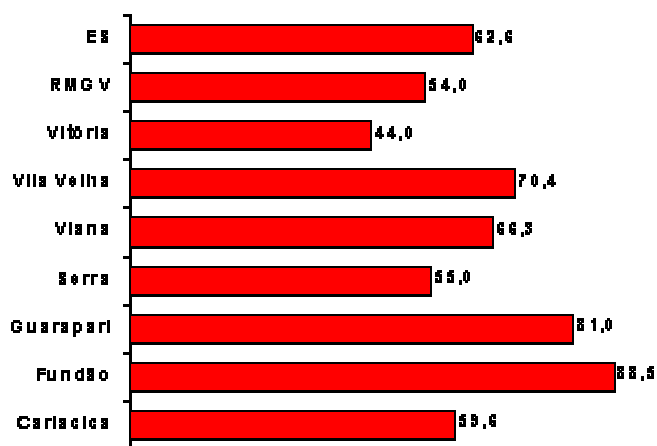
do processo de privatização e sucateamento dos serviços públicos nos últimos anos.

O setor de Serviços teve uma pequena retração na sua participação relativa entre 1996 e 2000. Saiu de 37,7% para 35,6%, entre os anos citados. Apesar disso, é o setor da atividade econômica que tem o maior número de postos de trabalho na RMGV. Em 2000, eram 103.019 pessoas empregadas nessa atividade econômica.

O setor da Construção Civil diminuiu os postos de trabalho formal de 22.569, em 1986, para 18.899, em 2000, diminuindo sua participação percentual de 8,2% para 6,5%, entre os respectivos anos.

A participação dos trabalhadores formais da RMGV no total do Espírito Santo, apesar de alta, vem diminuindo ao longo dos últimos cinco anos. Em 1996, o percentual de trabalhadores formais que estavam localizados na RMGV era de 64,2%, indo para 63,7%, em 1997, 63,1%, em 1998, 61,5%, em 1999, e 61,4% em 2000. Isto sugere que os municípios que estão fora da RMGV criaram, conjuntamente, uma parcela maior de trabalhadores quando comparado aos municípios da RMGV. Deve-se observar que, apesar da tendência de retração, ao longo dos anos, a concentração de empregos na RMGV é extremamente elevada.

Quanto à remuneração média, os contrastes existentes entre os municípios que compõem a RMGV são evidentes. No Espírito Santo, 62,6% dos empregados formais ganham até três salários mínimos. Na RMGV, 54% ganham até essa faixa salarial.



#### **TRABALHADORES FORMAIS COM REMUNERAÇÃO MÉDIA DE ATÉ 3 SALÁRIOS MÍNIMOS – 2000 (%)**

Fonte: RAIS/ Agenda Metropolitana, 2002.

Desagregando por município, nota-se que Vitória é o único que teve um percentual de trabalhadores com remuneração de até três salários mínimos, menor que o da RMGV. Após Vitória, o município de Serra apresentou um percentual de 55% de trabalhadores que se enquadravam nessa faixa de remuneração. Vila Velha (70,4%), Fundão (88,5%) e Guarapari (81%) apresentam os maiores percentuais de pessoas que ganham até três salários mínimos.

Apesar de Vitória ter a menor participação de pessoas recebendo até três salários mínimos, em relação aos demais municípios, há indicações da existência de uma elevada concentração de renda.

Isso, pelo fato de que esse município possui a maior renda per capita do estado.

Em relação ao Espírito Santo, os quatro municípios que tiveram um número de trabalhadores que ganham acima do percentual de remuneração média de até três salários mínimos foram: Vila Velha, Viana, Guarapari e Fundão. Nas faixas de remunerações maiores, Vitória se destaca na RMGV: 16,2% dos ocupados formais estão localizados na faixa de remuneração de 7,01 a 15 salários mínimos.

Observando os setores da atividade econômica, nota-se que os trabalhadores que ganham até três salários mínimos na RMGV, 36,1% deles estão localizados no Comércio e 26,2% na Construção Civil. Na faixa de remuneração média de 3,01 a 7 salários mínimos, 35,6% estão na Administração Pública e 34,4% nos Serviços. Na faixa de remuneração média de 7,01 a 20 salários mínimos, 43,5% deles estão na Administração Pública e 28% nos Serviços.

Dados do Governo do Estado (2002) indicam que Vitória possui uma renda média familiar de 10,8 salários mínimos, sendo a cidade que concentra a maior parte da riqueza da RMGV. Nesse município, 22% da população concentram 33% do total da renda da região.

A tabela abaixo mostra os graus de concentração de renda na RMGV e em cada município. Na RMGV, 13% das famílias (consideradas mais ricas) concentram 36% da renda produzida; ao mesmo tempo, 43% das famílias (as mais pobres) ficam com apenas 28% da renda da região.

#### GRAUS DE CONCENTRAÇÃO DE RENDA DA RMGV (EM %)

Faixas		Vitória	V. Velha	Cariacica	Serra	Viana	RMGV
Mais ricos	Famílias	25	16	6	7	4	13
(+ 15 SM)	Renda da cidade	58	46	23	27	18	36
Mais pobres	Famílias	29	38	52	51	57	43
(- 4 SM)	Renda da cidade	18	27	51	44	60	28

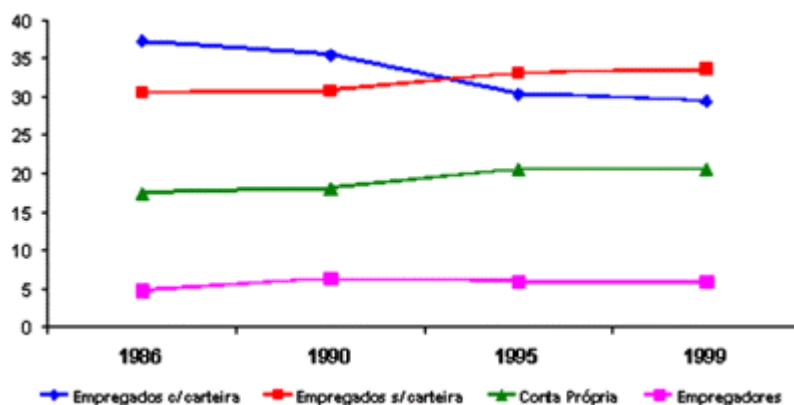
Fonte: Governo do Estado do Espírito Santo. PDTU – RMGV, 2002.

Em Vitória, 25% das famílias detêm 58% da renda, enquanto em Serra, 27% da renda está concentrada em apenas 7% das famílias. Em Cariacica, somente 6% acumulam 23% da renda da cidade; em Vila Velha, 16% concentram 46% da renda local produzida e em Viana 4% das famílias detêm 18% da renda da cidade.

#### O Mercado de Trabalho Informal na RMGV

Os trabalhadores informais podem ser classificados pelo somatório dos assalariados sem carteira de trabalho com os que trabalham por conta-própria.

O gráfico abaixo mostra a evolução de cada categoria ocupacional no total dos trabalhadores ativos no Espírito Santo.



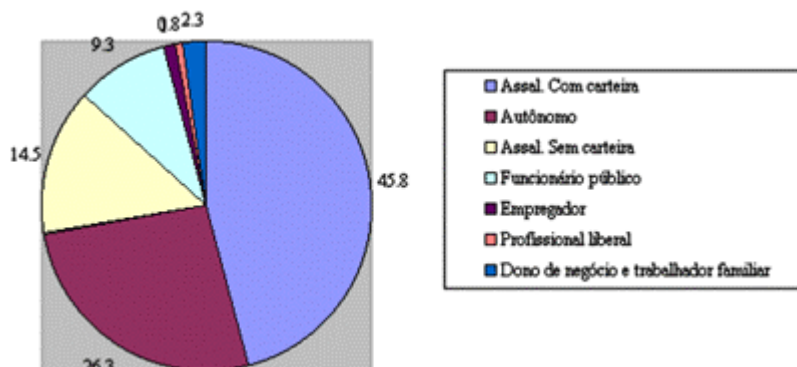
**EVOLUÇÃO DA PERCENTAGEM DE PESSOAS DE 16 ANOS OU MAIS DE IDADE, OCUPADAS NA SEMANA, SEGUNDO OCUPAÇÃO PRINCIPAL NO ES**

Fonte: Carcanholo et alii (2002). Com base nos microdados das PNADs.

Nota-se, ao longo das décadas, uma retração no número de trabalhadores com carteira assinada no estado, que saiu de 37,3%, em 1986, para 29,4%, em 1999. A consequência dessa retração acabou refletindo no aumento da informalidade, através do crescimento no número de trabalhadores sem carteira assinada e por conta própria considerados no núcleo do emprego informal.

Quando soma-se a participação de cada categoria de trabalhadores informais, alcança-se o que se denomina grau de informalidade. Esse grau de informalidade, no Espírito Santo, aumentou de 48%, em 1986, para 54,1%, em 1999. Isso significa dizer que a tendência observada no mercado de trabalho capixaba foi a de diminuição no emprego formal e crescimento no informal.

A pesquisa intitulada Plano Diretor de Transporte Urbano da RMGV mostra que cerca de 45,8% da população entrevistada na RMGV são assalariados com carteira de trabalho assinada, 26,3% são autônomos, 14,5% são assalariados sem carteira de trabalho, 9,3% são funcionários públicos, 1% é empregador, 0,8% profissional liberal e 2,3% é dono de negócio e trabalhador familiar. O gráfico abaixo mostra essa divisão.



**DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO NA RMGV, POR OCUPAÇÃO**

Fonte: Governo do Estado do Espírito Santo, 2002.

Essa mesma pesquisa mostra que 32,2% da população na RMGV estão ocupadas, 26,9% são estudantes, 10,4% são aposentados ou pensionistas, 8,3% nunca trabalharam, 1,5% são ocupados

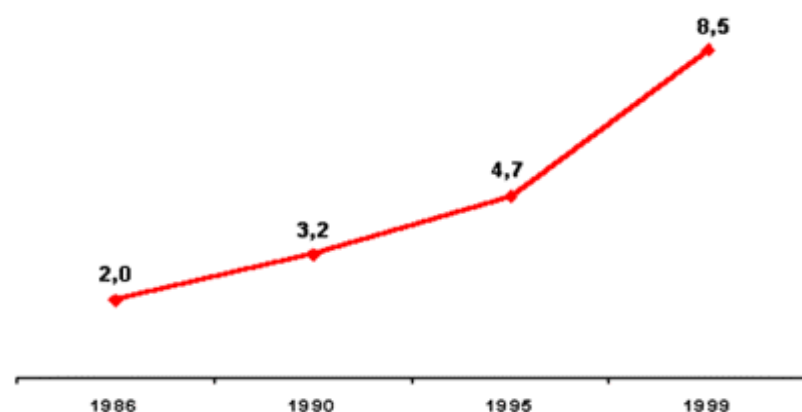
eventualmente, 1% estuda e trabalha, 11,6% são donas de casa, 0,2% estão em licença e 7,8% são desempregados. O grau de informalidade na RMGV foi de 43,9%.

A distribuição do desemprego nos municípios é desigual. Cariacica reúne a maior parcela da população nestas condições. Em 1998, eram 28.668 pessoas sem ocupação, o que representa uma taxa de desemprego de 17,5%, tomado em relação à população de 20 a 60 anos. Não é, entretanto, o pior resultado relativo. Viana era, na data base da pesquisa, o município com maior grau de desempregados com 18,9%. No município de Serra, este indicador é de 16%, enquanto nos municípios centrais, Vila Velha e Vitória, há 13% e 10% de desempregados, respectivamente.

Em relação à distribuição do emprego, a pesquisa acima citada mostra a concentração de postos de trabalho em uma região a qual se pode denominar como a área de centralidade da RMGV, formada por boa parte da cidade de Vitória e pelo centro de Vila Velha e suas áreas de influência. Em Vitória, estão localizados 41,2% dos postos de trabalho, enquanto que em Vila Velha 23,0%, o que representa mais de 60,0% dos empregos da RMGV

Esses dados mostram o quadro de desigualdades existentes na própria RMGV, já que se forma, por um lado, os 'bolsões de isolamento', e por outro, os 'bolsões de concentração'. Além disso, essa estratificação também influencia a mobilidade das pessoas residentes na RMGV que, em sua maior parte, têm que se deslocar de seu município de origem para outro município, onde está localizado o seu trabalho. A criação de condições infra-estruturais nas regiões menos desenvolvidas para que se possibilite a atração de novos negócios é, portanto, de extrema importância para amenizar a concentração da riqueza e o do emprego localizado em poucas áreas da região metropolitana.

Para confirmar a influência da concentração de empregos na RMGV, sobre a rotatividade das pessoas, a pesquisa do Governo do Estado do Espírito Santo (2002) mostra que, quando se retira do total das viagens o retorno à residência (que são as mais freqüentes), cerca de 42% das viagens são motivadas pelo trabalho e 39% em função dos estudos. Ou seja, os dois motivos perfazem 81% do total dos deslocamentos.



**TAXA DE DESEMPREGO ABERTO NO ES SEGUNDO OS MICRODADOS DA PNAD (%)**

Fonte: UFES/FCCA/SINE/2002. Com base nos microdados das PNADs.

No Espírito Santo, os dados mostram que a taxa de desemprego aberto manteve tendência de crescimento ao longo das últimas décadas. Em

1986 era de 2%, passando para 3,2%, em 1990, 4,7%, em 1995, e 8,5%, em 1999. Note-se que, a partir de 1995, com a implantação do Plano Real, a taxa de desemprego aberto no Espírito Santo aumentou 3,8 pontos percentuais, um crescimento maior que o dos intervalos anteriores. No Espírito Santo, existiam, em 1999, cerca de 120 mil pessoas desempregadas.

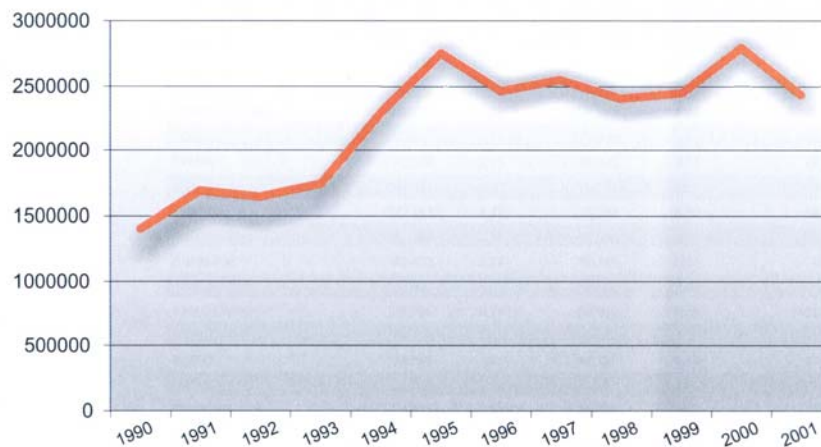
Essa tendência de crescimento na taxa de desemprego segue a mesma tendência da nacional. O agravamento do desemprego no país deve-se a uma série de fatores. Acredita-se que o insuficiente crescimento médio do Produto Interno Bruto do país, de cerca de 2% ao longo dos anos noventa, tenha sido o principal responsável por esse agravamento. Estimativas indicam que seria necessário crescer pelo menos 5% ao ano, somente para serem absorvidos os novos entrantes no mercado de trabalho (cerca de 1,5 milhão de pessoas).

Diante disso, há uma "legião" de pessoas desocupadas que precisam do apoio e da interferência do setor público. Essas pessoas estão em situação de risco social, engrossando as fileiras da marginalidade e da exclusão social, contribuindo, inclusive, para aumentar os índices de criminalidade internos.

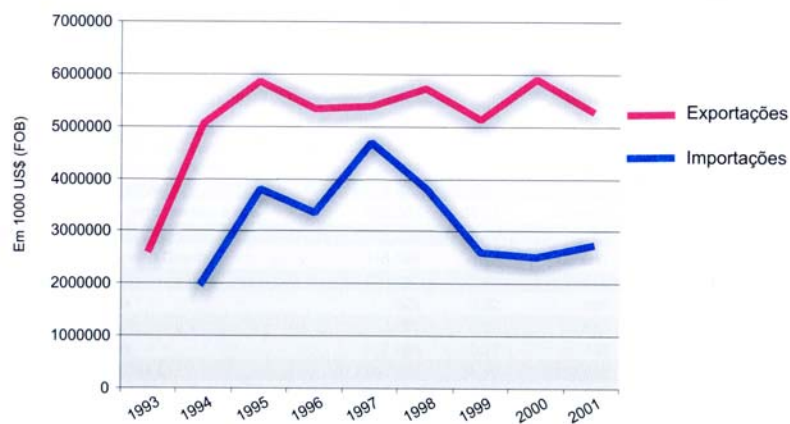
Deve-se, finalmente, indicar que a taxa de desemprego aberto não inclui o desemprego oculto pelo desalento e oculto pelo trabalho precário. Incluídas essas duas categorias de análise, como faz o DIEESE, as taxas serão maiores.

## COMÉRCIO EXTERIOR

Evolução das exportações das empresas do Espírito Santo - 1990-2001



Movimento das exportações e importações pelos portos do Espírito Santo - 1993-2001



Fonte: MDIC/SECEX  
Elaboração: IPES



**Participação dos portos do ES no comércio exterior brasileiro  
1997-2001**

Item	1997	1998	1999	2000	2001
% quantidade exportada pelo país	39,31	41,82	39,19	39,06	33,80
% quantidade importada pelo país	12,62	12,21	12,25	14,19	14,03
% do valor exportado pelo país	10,2	11,21	10,72	10,75	9,13
% do valor importado pelo país	7,63	6,64	5,31	4,52	4,95
Participação na movimentação de cargas do país (export + import) (valor)	8,82	8,79	7,98	7,62	6,82
Participação na movimentação de cargas do país (export + import) (quantidade)	31,17	33,42	31,86	32,21	27,35

Fonte: MDIC/SECEX  
Nota: Elaboração: IPES

**Evolução das exportações e importações dos portos do ES  
1993/2001**

Anos	Exportações		Importações	
	1000 US\$ (FOB)	Variação sobre o ano anterior (%)	1000 US\$ (FOB)	Variação sobre o ano anterior (%)
1993	2.662.852			
1994	5.057.077	89,91%	2.099.786	
1995	5.867.576	16,03%	3.791.286	80,56%
1996	5.331.915	-9,13%	3.360.387	-11,37%
1997	5.402.122	1,32%	4.688.752	39,53%
1998	5.735.205	6,17%	3.833.074	-18,25%
1999	5.149.016	-10,22%	2.611.070	-31,88%
2000	5.924.112	15,05%	2.519.231	-3,52%
2001	5.313.753	-10,30%	2.749.092	9,12%

Nota: Elaboração: IPES  
Fonte: MDIC/SECEX

**Participação das empresas do ES no comércio exterior brasileiro - 1997-2001**

Item	2000	2001
% quantidade exportada pelo país	12,73	10,48
% quantidade importada pelo país	6,41	6,18
% do valor exportado pelo país	5,07	4,17
% do valor importado pelo país	4,49	4,41
Participação na movimentação de cargas do país (export + import) (valor)	4,78	4,28
Participação na movimentação de cargas do país (export + import) (quantidade)	10,99	9,38

Fonte: MDIC/SECEX  
Nota: Elaboração: IPES

### Evolução das exportações das empresas do ES - 1990-2001

Anos	Exportações	
	1000 US\$ (FOB)	Varição sobre o ano anterior (%)
1990	1.414.726	
1991	1.694.221	19,76
1992	1.657.510	-2,17
1993	1.748.115	5,47
1994	2.301.552	31,66
1995	2.748.708	19,43
1996	2.454.259	-10,71
1997	2.547.246	3,79
1998	2.408.534	-5,45
1999	2.447.098	1,60
2000	2.791.275	14,06
2001	2.429.076	-12,98

Fonte: MDIC/SECEX  
Nota: Elaboração: IPES.

### Exportações das empresas do Estado do Espírito Santo, segundo países 1999-2000

Países	1999		2000	
	1000 US\$(FOB)	%	1000 US\$(FOB)	%
Estados Unidos	829.680	33,90	819.836	29,37
Bélgica	137.513	5,62	283.365	10,15
Itália	199.708	8,16	200.497	7,18
Coréia, Rep. Sul	132.050	5,40	193.237	6,92
França	72.003	2,94	122.463	4,39
Japão	99.981	4,09	104.891	3,76
Alemanha	89.482	3,66	101.730	3,64
Argentina	70.403	2,88	85.621	3,07
China	53.766	2,20	75.556	2,71
Prov. Nav.e Aeron	41.969	1,72	71.024	2,54
Turquia	21.168	0,87	68.424	2,45
Espanha	90.405	3,69	62.433	2,24
México	41.017	1,68	53.102	1,90
Reino unido	56.437	2,31	50.699	1,82
Taiwan (formosa)	75.382	3,08	46.415	1,66
<b>Subtotal</b>	<b>2.010.963</b>	<b>82,18</b>	<b>2.339.292</b>	<b>83,81</b>
<b>Outros</b>	<b>436.134</b>	<b>17,82</b>	<b>451.983</b>	<b>16,19</b>
<b>Total</b>	<b>2.447.098</b>	<b>100,00</b>	<b>2.791.275</b>	<b>100,00</b>

Fonte: MDIC/SECEX  
Nota: Elaboração: IPES

## Exportações das empresas do Estado do Espírito Santo, segundo blocos econômicos - 1999-2000

Blocos	1999				2000				Variação % do valor 1999-2000
	1000 US\$ (FOB)	%	(t)	%	1000 US\$ (FOB)	%	(t)	%	
OCDE - Organização De Cooperação para o Desenvolvimento	1.878.728	76,77	19.290.612	23,15	2.158.575	77,33	21.212.233	22,61	14,90
G7 - Grupo dos 7	1.373.674	56,13	13.678.288	16,42	1.427.644	51,15	14.267.010	15,21	3,93
ALCA -Área de Livre Comércio das Américas	1.042.214	42,59	8.207.644	9,85	1.070.721	38,36	9.598.033	10,23	2,74
NAFTA – Acordo de Livre Comércio das Américas	897.080	36,66	5.745.348	6,90	900.468	32,26	6.208.143	6,62	0,38
UE - União Européia	707.306	28,90	8.459.152	10,15	877.434	31,43	8.195.612	8,74	24,05
Estados Unidos inclusive Porto Rico	831.032	33,96	5.466.230	6,56	820.840	29,41	5.884.730	6,27	-1,23
Ásia, exclusive Oriente Médio	423.424	17,30	7.165.828	8,60	457.923	16,41	8.655.353	9,23	8,15
Tigres Asiáticos	211.790	8,65	2.654.667	3,19	244.701	8,77	3.614.509	3,85	15,54
ÁSIA-5	178.351	7,29	2.699.973	3,24	210.151	7,53	3.675.302	3,92	17,83
Aladi - Associação Latino Americana de Integração	144.891	5,92	1.385.814	1,66	172.765	6,19	1.899.889	2,03	19,24
Demais da Europa Ocidental	56.025	2,29	397.688	0,48	115.342	4,13	708.051	0,75	105,88
OPEP - Organização dos Países Exportadores	97.433	3,98	1.846.298	2,22	98.621	3,53	2.171.979	2,32	1,22
MERCOSUL - Mercado Comum do Sul	78.541	3,21	1.149.985	1,38	92.884	3,33	1.638.266	1,75	18,26
Oriente Médio	69.504	2,84	1.086.614	1,30	83.007	2,97	1.453.477	1,55	19,43
Demais da Aladi	66.349	2,71	235.829	0,28	79.881	2,86	261.623	0,28	20,40
<b>Total</b>	<b>2.447.098 -</b>		<b>83.319.135 -</b>		<b>2.791.275 -</b>		<b>93.806.637 -</b>		<b>-</b>

Fonte: MDIC/SECEX

Nota: Elaboração: IPES

(-) A soma da participação dos blocos dá mais de 100% do total, pois alguns países estão incluídos em mais de um bloco.

## Exportações das empresas do Estado do Espírito Santo segundo principais segmentos - 1999-2000

Setores	1999		2000		Variação (%) 1999 / 2000
	1000 US\$ (FOB)	%	1000 US\$ (FOB)	%	
Ferro, ferro fundido e aço	789.960	32,28	995.907	35,68	26,07
Minérios escórias e cinzas	629.916	25,74	701.307	25,12	11,33
Celulose	482.946	19,74	583.876	20,92	20,90
Café solúvel e em grãos	330.603	13,51	206.450	7,40	-37,55
Mármore e Granito	83.926	3,43	115.716	4,15	37,88
Cacau, suas preparações, bombons e balas	19.547	0,80	23.034	0,83	17,84
Fruticultura	10.868	0,44	13.782	0,49	26,81
Têxteis	4.114	0,17	6.994	0,25	69,99
Obras de ferro fundido, ferro e aço	279	0,01	1.661	0,06	495,50
Calçados	510	0,02	649	0,02	27,43
Móveis de madeira	334	0,01	600	0,02	79,80
Confecções	47	0,00	215	0,01	353,98
Bebidas	122	0,00	37	0,00	-69,64
<b>SUBTOTAL</b>	<b>2.353.172</b>	<b>96,16</b>	<b>2.650.229</b>	<b>94,95</b>	<b>12,62</b>
<b>OUTRAS</b>	<b>93.926</b>	<b>3,84</b>	<b>141.046</b>	<b>5,05</b>	<b>50,17</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.447.098</b>	<b>100,00</b>	<b>2.791.275</b>	<b>100,00</b>	<b>14,06</b>

Fonte: MDIC/SECEX

Nota: Elaboração: IPES